



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA - UEPB

CAMPUS - I

CENTRO DE EDUCAÇÃO - CEDUC

CURSO DE PEDAGOGIA

WELBA FELIPE DOS SANTOS

DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA SALA DE RECURSOS PARA  
CRIANÇAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NO  
MUNICÍPIO DE JUNCO DO SERIDÓ - PB

Campina Grande  
2016

WELBA FEPIPE DOS SANTOS

DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA SALA DE RECURSOS PARA  
CRIANÇAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NO  
MUNICÍPIO DE JUNCO DO SERIDÓ - PB

Artigo apresentado como requisito parcial para  
a obtenção do título de Licenciado (a) em  
Pedagogia, pelo Curso de Pedagogia da  
Universidade Estadual da Paraíba – UEPB.

Orientadora: Livânia Beltrão Tavares

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S237d Santos, Welba Felipe dos  
Desafios e perspectivas da sala de recursos para crianças com  
necessidades educacionais especiais no município de Junco do  
Seridó-PB [manuscrito] / Welba Felipe dos Santos. - 2016.  
27 p.

Digitado.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) -  
Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2016.  
"Orientação: Profa. Ma. Livânia Beltrão Tavares,  
Departamento de Educação".

1. Educação especial 2. Inclusão escolar 3. Sala de recursos  
multifuncionais 4. Atendimento educacional especializado -  
AEE I. Título. 21. ed. CDD 371.9

WELBA FEPIPE DOS SANTOS

DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA SALA DE RECURSOS PARA  
CRIANÇAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NO  
MUNICÍPIO DE JUNCO DO SERIDÓ - PB

Artigo apresentado como requisito parcial para  
a obtenção do título de Licenciado (a) em  
Pedagogia, pelo Curso de Pedagogia da  
Universidade Estadual da Paraíba – UEPB.

Aprovado em: 01 / 12 / 16

Nota: 9,5 (nove e meio)

BANCA EXAMINADORA

Livânia Beltrão Tavares

Profª Ms. Livânia Beltrão Tavares – Orientadora

Diana Sampaio Braga

Profa. Ms. Diana Sampaio Braga – Examinadora

Ruth B. Araújo Ribeiro

Profa. Ms. Ruth Barbosa de Araújo Ribeiro - Examinadora



## **RESUMO**

Este trabalho tem o objetivo de analisar como se constitui e se organiza a Sala de Recursos Multifuncionais na instituição escolar no município de Junco do Seridó - PB, e discutir sua importância para o processo de inclusão escolar dos alunos com deficiência/necessidades educacionais especiais. As Salas de Recursos Multifuncionais representam um dos principais serviços para a oferta do Atendimento Educacional Especializado - AEE, um atendimento que é oferecido como complemento ou suplemento à escolarização regular, de forma a possibilitar aos alunos com necessidades educacionais especiais o melhor desenvolvimento possível nas classes regulares. A pesquisa é de cunho bibliográfico e de campo, através de entrevistas com gestores, professores e pais. A metodologia foi elaborada a partir de um estudo de caso, utilizando como instrumentos para a coleta de dados a observação e a entrevista em uma escola municipal de ensino do Junco do Seridó - PB. A análise se apoiou em autores que têm se dedicado ao estudo da Educação Inclusiva no Brasil, além dos documentos do MEC a respeito da inclusão escolar, especialmente a respeito do AEE e das Salas de Recursos Multifuncionais. Conclui-se que essas salas, com os equipamentos e materiais pedagógicos previstos e professores bem qualificados, representam um grande avanço na política de inclusão escolar, pois elas oferecem apoio especializado aos alunos com necessidades educacionais especiais e apoio aos professores das salas regulares. Com isso, possibilitam a esses alunos condições para o efetivo progresso de sua aprendizagem.

**PALAVRAS-CHAVE:** Inclusão Escolar; Sala de Recursos Multifuncionais; Atendimento Educacional Especializado – AEE.

## INTRODUÇÃO

Atualmente, no âmbito educacional a educação inclusiva começou a ganhar espaço e surgiu um novo pensar em um processo de redemocratização do ensino regular focado para a inclusão de pessoas com deficiência. Esse novo pensar contribuiu para o processo de inclusão fazendo com que as instituições escolares pudesse oferecer maiores condições de adaptação sociais, cognitivas e estruturais no ingresso de alunos com necessidades especiais.

Sabe-se que, em décadas passadas, pessoas que necessitavam de um atendimento especializado eram excluídos, vivendo de forma segregada sem nenhuma possibilidade de interação. Diante desse contexto, nota-se que a educação especial funcionava de maneira clínica e com currículos próprios, limitando-se na maioria das vezes apenas as instituições privadas.

Hoje, diante de tantos movimentos de inclusão, as pessoas com deficiência passaram a fazer parte do sistema educacional como um todo, ou seja, passaram a ter direitos legais, fundamentados em políticas públicas com um olhar direcionado a acessibilidade e interação, definindo assim a educação especial como uma modalidade de ensino transversal cujo o atendimento poderá ser complementar ou suplementar dentro do ensino regular.

Dado o exposto, parte a necessidade de implantar as Salas de Recursos Multifuncionais com a oferta e organização do AEE, “cuja função é identificar, organizar e elaborar recursos pedagógicos e de necessidades que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos...”, (como aborda (BRASIL 2007). Consequentemente, ocasionando mudança significativa no processo de ensino/aprendizagem.

Por isso, se faz relevante reconhecer que o objetivo desse trabalho é realizar um estudo de como vem sendo implantadas as Salas de Recursos Multifuncionais, como também o apoio à inclusão escolar dos alunos. Oferecendo assim, uma escola inclusiva conforme MEC/SEESP (1998):

Escola regular que deve propor no Projeto Político – Pedagógico no currículo, na metodologia, na avaliação e nas estratégias de ensino, ações que favoreçam a inclusão social e práticas educativas diferenciadas que atendam a todos os alunos.

Nesse contexto, vem ganhando espaço a educação especial, dando suporte permanente e efetivo para os alunos com necessidades especiais. Assim, a escola será concebida como um conjunto de recursos regular preparada para atender a diversidade de seus alunos. Vale ressaltar ainda, a necessidade de dar suporte ao professor e outros profissionais da área no que

se refere a capacitações e formações específicas para que possam adaptar-se as necessidades de seus alunos.

A pesquisa é relevante porque traz como objetivo, analisar como se constitui e se organiza a Sala de Recursos Multifuncionais na Instituição Escolar no Município de Junco do Seridó – PB, relata ainda, como acontece o trabalho de inclusão dos alunos especiais. Outro fator importante, que o trabalho apresenta é a forma que acontece o acompanhamento familiar desses alunos na instituição da Cidade referente.

Sendo a educação uma forma de inserção do sujeito em seu meio social, ela contribui para ampliação dos conhecimentos, construção da cultura e formação cidadã ativa, participativa, crítica e consciente dos seus direitos e deveres no meio ao qual encontra-se inserido. Logo, a educação amplia a autonomia e conhecimentos necessários ao meio social. Dessa forma, tornando-se um processo fundamental para a formação cultural, ética e moral do ser humano.

## 1. RETROSPECTIVA HISTÓRICA SOBRE O ATENDIMENTO EDUCACIONAL AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL

A educação especial surgiu no Brasil, no período Imperial. Segundo a história, na antiguidade as crianças que nasciam com deficiência física, mental ou sensorial eram excluídas da sociedade, pois se considerava que elas não tinham utilidade para o desenvolvimento de um país, conforme aborda Ribeiro (2003, p. 42):

A história do atendimento a pessoas excepcionais na antiguidade conta com pequena e esparsa documentação disponível. Sabe-se que era predominantemente a filosofia da eugenia, e as pessoas excepcionais, consideradas degeneração da raça humana deveriam ser “expostas” ou eliminadas pelo grande transtorno que representavam para a sociedade.

Dentro dessa visão, as pessoas com deficiências mais acentuadas eram consideradas como maldição humana, ou seja, vistas como sinais de ira celeste ou castigo de Deus.

Na Idade Moderna, houve uma mudança significativa para essas pessoas. Com o advento da ciência, surgiu a preocupação em encontrar a cura para os males físicos e mentais por meio de terapias e medidas educacionais. Pode-se dizer que essas pessoas com deficiência e com ajuda de seus familiares vêm ganhando força e espaço na sociedade e rompendo assim, paradigmas tradicionais para assistência com esse público, que aos poucos, vêm sendo

adotados procedimentos que contribuem para garantir a essas pessoas as condições necessárias à sua participação como sujeitos sociais.

Segundo a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC/SEESP, 2007, p.2), no Brasil o atendimento educacional às pessoas com deficiência teve início na época do Império, com a criação de duas instituições, o Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atualmente conhecido como Instituto Benjamin Constant – IBC, e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, hoje denominado Instituto Nacional da Educação dos Surdos.

A partir do século XX, os movimentos sociais começaram a lutar por igualdade para todos, a sociedade civil criou organizações voltadas para a assistência nas áreas de educação e saúde, como as Sociedades Pestalozzi (1932), instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental e as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE, 1954). A respeito desses institutos Aranha (2000, p.23) afirma:

Ambos foram criados pela intercessão de amigos ou pessoas institucionalmente próximas ao imperador, que atendeu às solicitações, dada a amizade que com eles mantinha. Essa prática do favor, da caridade, tão comum no país naquela época, instituiu o caráter assistencialista que permeou a atenção à pessoa com deficiência, no país, e a educação especial, em particular, desde seu início.

Dentro dessa visão, percebemos que as características com relação às pessoas com deficiência no Brasil consolidaram-se em caráter social, assistencialista e caridosa, através de boa vontade e prática de favor. Portanto, podemos dizer que a assistência às pessoas com deficiência, necessitadas e dependentes, se dava por meio de doações como prática social existente naquela época.

Em todo o mundo, durante muito tempo, o diferente foi colocado à margem da educação: o aluno com deficiência, particularmente, era atendido apenas em separado ou então simplesmente excluído do processo educativo, com base em padrões de normalidade (...) (MEC, 2001, p5).

Diante dessa realidade, a cuidado volta-se para o aluno-problema, com dificuldades de aprendizagem ou de relacionamento e que, por isso mesmo, é classificado como “diferentes dos outros”, incapacitado, indisciplinado e por isso mesmo é tratado com distinção. Em oposição, a educação inclusiva surge priorizando a inclusão dos alunos deficientes nas classes regulares de ensino, visando o direito de todos a uma educação de qualidade, que prepare o sujeito para o exercício de sua cidadania, independente de sua deficiência.

A partir da década de 1990, a educação inclusiva ganhou espaço historicamente. Com o documento da Declaração de Salamanca, onde se propôs que todas as crianças, sempre que possível, devem aprender juntas em programas pedagógicos individualizados, independente da condição intelectual, física, emocional e social. De acordo com a Declaração de Salamanca (1994, p.5) orienta que:

O Princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter. Escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recurso e parceria com as comunidades. Na verdade, deveria existir uma continuidade de serviços e apoio proporcional ao contínuo de necessidades especiais encontradas dentro da escola.

Diante da citação acima, pode-se constatar que o compromisso a formação da cidadania nas escolas é um direito de todos, independente dos seus aspectos sociais, culturais e pessoais. Sabe-se que a inclusão de pessoas com necessidades especiais é uma exigência da sociedade moderna, como também a inclusão cresce a cada ano e, com ela, o desafio de garantir uma educação de qualidade para todos.

Então, com o intuito de que o direito de aprender seja expandido por toda a sociedade, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Resolução CNE/ CEB N° 2/2001, afirma que:

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos.

Por outro lado, sabemos que isso não condiz com a realidade, por mais que as leis afirmem que todos os alunos com necessidades educacionais especiais tenham direito à educação, na prática nem sempre ocorre. Infelizmente, em algumas escolas acontece de não quererem matricular alunos nessas condições, pelo o fato de não ter uma estrutura escolar adequada, e até mesmo profissionais qualificados e capacitados para oferecer uma boa aprendizagem.

É importante ressaltar que, os professores devem se qualificar e ter uma formação continuada, desafiando a produzir novos conhecimentos que possam desencadear novas atitudes que permitam a compreensão de situações de ensino, para que esses possam

desempenhar de maneira responsável e satisfatória para esses alunos com necessidades especiais.

Acredita-se que a formação docente e a busca da qualidade do ensino para crianças com necessidades educativas especiais envolvem, pelo menos, dois tipos de formação profissional: a primeira é a dos professores do ensino regular que conte com o conhecimento mínimo exigido, uma vez que há a possibilidade de lidarem com alunos com “necessidades educativas especiais”; a segunda é a de professores especialistas nas variadas “necessidades educativas especiais” que possam atender diretamente os discentes com tais necessidades e/ou para auxiliar o professor do ensino regular em sala de aula (BUENO, 1993 apud FERRI p. 22).

Dentro dessa visão, o trabalho do professor regular e a atuação do professor especializado, são de que, o generalista teria o mínimo de conhecimento e prática com alunos especiais, enquanto o especialista teria conhecimento aprofundado e prática sistemática no que concerne às necessidades educacionais específicas.

Segundo a legislação brasileira, a Educação Especial e Educação Inclusiva estão cada vez indissociáveis, embora do ponto de vista histórico e estrutural as duas modalidades pareçam totalmente opostas. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, art. 58 (BRASIL, 1996), a educação especial é definida como “modalidade de educação escolar, oferecido preferencialmente na rede regular de ensino, para alunos com necessidades educacionais especiais”.

Diante disso, para atender a esses alunos, a LDB aponta ainda as adequações curriculares, metodológicas, organizacionais e de especialização de professores. Conforme o art. 59, onde preconiza que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos currículo, método, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades; assegura a terminalidade específica àqueles que não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental em virtude de suas deficiências; assegura também a aceleração de estudos aos superdotados, para conclusão do programa escolar.

O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei nº 8.06/90, no artigo 55, define que os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos na rede regular de ensino.

A Lei nº 5.692/71, que altera a LDBEN de 1961, ao definir “tratamento especial” para os alunos com “deficiências físicas, mentais, os que se encontram em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados”, não promove a organização de um sistema de ensino capaz de atender às necessidades educacionais especiais e acaba reforçando o encaminhamento dos alunos para as classes e escolas especiais.

No que se refere à Constituição Federal de 1988, essa define, no artigo 205, a educação como direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. No artigo 206 estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola”, para um dos princípios para o ensino e garante como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208).

O Ministério da Educação – MEC, dispõe da Secretária de Educação Especial – SEESP, que é um órgão oficial responsável pelo planejamento de ações voltadas ao atendimento educacional ao público com necessidades educacionais especiais. Na perspectiva de transformar o ambiente de ensino em ambiente educacional inclusivo, o MEC, em 2003, implantou o Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, com a finalidade de promover a qualificação profissional dos gestores, para garantir à criança com necessidades educacionais especiais o atendimento educacional especializado e a acessibilidade; em 2005, criou o Programa de Implantação de Sala de Recursos Multifuncionais, com o objetivo de dar apoio à inclusão escolar, assegurando o pleno acesso das pessoas com deficiência em todos os níveis de ensino e adotando medidas que garantem as condições necessárias para sua efetiva participação, de forma que não sejam excluídas do sistema educacional geral em razão da sua deficiência.

Segundo o MEC, a Educação Inclusiva, compreende o processo educacional como um todo e contempla uma política estruturante nos sistemas de ensino, alterando a organização da escola, de modo que se torne inclusiva. A escola precisa cumprir seu papel social, construindo uma proposta pedagógica com capacidade de valorizar as diferenças, com uma oferta de escolarização a todos os alunos nas classes comuns. Nesse sentido, o aluno com deficiência deve ser incluído nas classes comuns e, se necessário, ter atendimento educacional especializado na sala de recursos, ofertado num turno oposto ao do ensino regular. O trabalho da sala de recursos é o de “identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminam as barreiras para plena participação dos alunos considerando suas necessidades específicas”. (BRASIL, 2008, p.7).

Em 2005, foi instituído pela portaria Ministerial nº 13/2007, no âmbito do PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação, o Programa de Implementações de Sala de Recursos Multifuncionais. Então, foi criada a **sala do tipo I**, composta por equipamentos, mobiliários, recursos de acessibilidades e materiais didáticos e pedagógicos; e a **sala do tipo II**, acrescida de recursos e equipamentos específicos para atendimento de estudantes cegos. Com objetivo, de apoiar as redes públicas de ensino na organização e na oferta do AEE, contribuindo assim,

para o processo de inclusão educacional nas classes comuns de ensino. Como aborda BRASIL, (2010, p. 6)

As salas de recursos multifuncionais cumprem o propósito de organização de espaços, na própria escola comum, dotados de equipamentos, recursos de acessibilidade e materiais pedagógicos que auxiliam na promoção da escolarização, eliminando barreiras que impedem a plena participação dos alunos público alvo da educação especial, com autonomia e independência, no ambiente educacional e social.

Cabe destacar que o aluno que tiver necessidade do AEE, deverá ter duas matrículas: uma na sala de ensino regular, e outra na Sala de Recursos Multifuncionais, em horário oposto à da classe comum. No caso da escola em que estuda não contar com a Sala de Recursos, o aluno deverá ser matriculado em uma outra que ofereça o serviço, e que se situe o mais próximo possível de sua residência. Ou seja, ele pode frequentar a sala regular em uma escola e a Sala de Recursos em outra.

## **2. A importância da Sala de Recursos Multifuncionais**

As escolas devem responder às necessidades educacionais especiais de seus alunos, considerando a complexidade e heterogeneidade de estilos e ritmos de aprendizagem. Para tanto, é necessária uma nova estrutura organizacional, com currículos flexíveis, estratégias teóricas metodológicas eficientes, recursos e parcerias com a comunidade.

Na Constituição Federal de 1988, os alunos com necessidades educacionais especiais têm assegurado o direito à educação (escolarização) realizada em classes comuns e ao atendimento educacional especializado complementar ou suplementar à escolarização, que deve ser realizado preferencialmente em salas de recursos na escola onde estejam matriculados, em outra escola, ou em centros de atendimento educacional especializado. Esse direito também está assegurado na LDBEN - Lei n.º. 9.394/96, no parecer do CNE/CEB n.º. 171 01, na Resolução CNE/CEB n.º. 2, de 11 de setembro de 2001, na Lei n.º. 10.436/02 e no Decreto n.º. 5.626, de 22 de dezembro de 2005.

Portanto, a Constituição Federal do Brasil garante a todos o direito à educação e ao acesso à escola. A instituição de ensino deve atender aos princípios constitucionais, não excluindo nenhuma pessoa em razão de sua origem, raça, sexo, cor, idade, deficiência ou ausência dela; deve proporcionar a todos os alunos condições necessárias para o pleno preparo do exercício da sua cidadania e sua qualificação para o trabalho. Porém, nem todas as pessoas



são iguais. Algumas precisam de um atendimento diferenciado para ter pleno aproveitamento na escola.

Pode-se dizer que o Atendimento Educacional Especializado – AEE, como já dito anteriormente, é um atendimento complementar ou suplementar à escolarização regular, ofertado a alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou com altas habilidades/superdotação. De acordo com a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (BRASIL, 2004, p.8), seu objetivo é estimular todo tipo de interação que possa beneficiar o desenvolvimento cognitivo, motor e afetivo desses alunos.

Conforme instituído pela Portaria nº 13 de 24 de abril de 2007, o AEE é feita através da Sala de Recursos Multifuncionais, que se trata de um espaço dentro de uma escola pública, com diferentes equipamentos, mobiliários, materiais didáticos, pedagógicos e de acessibilidade, e com professor com formação para o atendimento às necessidades educacionais especiais do educando. Logo, a denominação Sala de Recursos Multifuncionais se refere ao fato de que esse espaço pode ser utilizado para o atendimento das diversas necessidades educacionais especiais, como também para o desenvolvimento das diferentes complementações ou suplementações curriculares.

Constata-se que as salas de recursos multifuncionais são espaços da escola onde se realiza o atendimento educacional especializado para alunos com necessidades educacionais especiais, por meio do desenvolvimento de estratégias de aprendizagem, centradas em um novo fazer pedagógico que favoreça a construção de conhecimentos pelos alunos, subsidiando-os para que desenvolvam o currículo e participem da vida escolar.

A proposta da Sala de Recursos, é que os educandos tenham um acompanhamento pedagógico por um professor com formação específica para atuar nessa sala, sendo responsável por identificar as necessidades de cada sujeito, a partir daí será definido os recursos necessários para as atividades desenvolvidas. Conforme comenta POKER, (2012, p.13)

A responsabilidade do professor especializado que atua no AEE em oferecer aos alunos acompanhados neste serviço aquilo que é específico às suas necessidades educacionais, auxiliando-os na superação das limitações que dificultam ou os impedem de interagir com o meio, relacionar-se com o grupo classe, participar das atividades, ou melhor, de acessar os espaços, os conteúdos, os conhecimentos que são imprescindíveis ao processo de escolarização.

O estudioso ressalta que o professor especialista deve organizar o planejamento pedagógico respeitando as singularidades, com metodologia e estratégias distintas para

atender às necessidades de cada educando. O seu trabalho deverá ser complementado, ainda, com a orientação aos professores do ensino regular e equipe pedagógica, em relação às adaptações curriculares, avaliações e metodologias a serem utilizadas na educação do aluno. Deverá realizar também a orientação aos pais, no que se fizer necessário em relação ao desenvolvimento da criança na escola e fora dela.

Assim, o trabalho pedagógico nesse ambiente constitui como um conjunto de procedimentos específicos, de forma a desenvolver os processos cognitivos, motores e sócio afetivos do aluno, tornando-os possível o progresso em sala de aula.

A sala do AEE, oferece suporte às necessidades educacionais dos alunos, favorecendo seu acesso ao conhecimento e desenvolvendo competências e habilidades próprias. O papel do AEE é também oferecer o que não é próprio do currículo escolar, propondo objetivos, metas e procedimentos educacionais específicos e suas ações são definidas conforme o tipo de deficiência, numa perspectiva de complementar e/ou suplementar suas necessidades educacionais.

Deve ressaltar que, anualmente, são efetuadas avaliação do trabalho realizado na Sala de Recursos, através de dados estatísticos. O desligamento de um aluno da sala deverá ser formalizado por meio de relatório pedagógico elaborado pelo professor, juntamente com a equipe pedagógica e, sempre que necessário, com o apoio do professor da classe comum. Os atendimentos clínicos dos alunos que necessitarem podem e devem ser viabilizados por meio de parcerias com outras entidades públicas (da saúde, de defesa à cidadania, entre outras).

Portanto, é de extrema importância a Sala de Recursos Multifuncionais, onde os alunos com necessidades educacionais especiais possam ter o atendimento específicos para a eliminação de barreiras que impeçam seu acesso ao conhecimento e garantam a participação no processo escolar e na vida Social.

## 2. 1 Programa de Implantação de Salas de Recursos multifuncionais

O Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Especial, criou o Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais, constituído pela Portaria n. 13 de 24 de abril de 2007. O mesmo destina-se apoio técnico e financeiro aos sistemas de ensino, cujo objetivo é apoiar a organização da educação especial na perspectiva da educação inclusiva.

Para a realização desse objetivo, o MEC/SEESP, alcança algumas ações no processo de implantação das Salas de Recursos Multifuncionais, assim como aquisição dos recursos que compõem as salas, informação sobre a disponibilização das salas e critérios adotados, monitoramento da entrega e instalação dos itens às escolas, orientação aos sistemas de ensino para organização e oferta do AEE, cadastro das escolas com Salas de Recursos Multifuncionais implantadas, promoção da formação continuada de professores para o AEE, encaminhamento, assinatura e publicação dos contratos de dotação, atualização dos recursos das salas implantadas pelo Programa e apoio à acessibilidade nas escolas com salas implantadas.

O Programa de Implantação, para a composição das Salas de Recursos nas escolas, disponibiliza ainda, de equipamentos, mobiliários, materiais didáticos e pedagógicos necessário para a organização desse ambiente e a oferta do AEE. Destacam-se a importância da existência dos tipos de salas: a Sala de Recursos Tipo I e a Sala de Recursos Tipo II, que se diferencia da primeira por conter recursos de acessibilidade para alunos com deficiência visual.

Como podemos observar a tabela abaixo mostra as especificações técnicas dos dois tipos de Salas:

#### **Sala de Recursos tipo I:**

<b>Equipamentos</b>	<b>Materiais Didático/pedagógico</b>
02 Microcomputadores	01 Material Dourado
01 Laptop	01 Esquema Corporal
01 Estabilizador	01 Bandinha Rítmica
01 Scanner	01 Memória de Numerais
01 Impressora laser	01 Tapete Alfabético Encaixado
01 Teclado com colmeia	01 Software Comunicação Alternativa
01 acionador de pressão	01 Sacolão Criativo Monta Tudo
01 Mouse com entrada para acionador	01 Quebra Cabeças – Sequência lógica
01 Lupa eletrônica	01 Dominó de Associação de Ideias
<b>Mobiliários</b>	01 Dominó de Frases
01 Mesa redonda	Dominó de Animais em Libras
04 Cadeiras	01 Dominó de Frutas em Libras
01 Mesa para impressora	01 Dominó Tátil
01 Armário	01 Alfabeto Braille
01 Quadro branco	01 Kit de Lupas manuais
02 Mesas para computador	01 Plano Inclinado – suporte para leitura
02 Cadeiras	01 Memória Tátil

Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/>

**Sala de Recursos tipo II:**

A Sala de Recursos tipo II contém todos os recursos da Sala tipo I, adicionados os recursos de acessibilidade para alunos com deficiência visual, conforme especificados abaixo:

<b>Equipamentos e Materiais Didáticos; Pedagógicos</b>
01 Impressora Braille pequeno porte
01 Máquina de datilografia Braille
01 Reglete de mesa
01 Punção
01 Soroban
01 Guia de assinatura
01 Kit de desenho Geográfico
01 Calculadora Sonora

Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/>

Para implantação dessas salas nas escolas, o Ministério da Educação, por meio da Secretária de Educação Especial (MEC/SEESP, 2010, p.10), situa o que é de responsabilidade dos gestores do sistema de ensino: a equipe diretiva deve definir quanto à implantação, o planejamento da oferta de ensino do AEE e a indicação da escola a ser contemplada, conforme as demandas da rede, atendendo aos seguintes critérios do Programa:

A Secretária de educação a qual se vincula a escola deve ter elaborado o Plano de Ações Articuladas – PAR, registrando as demandas do sistema de ensino com base no diagnóstico da realidade educacional;

A escola indicada deve ser da rede pública de ensino regular, conforme registro no Censo Escolar MEC/INEP (escola comum);

A escola de ensino regular deve ter matrícula de aluno(s) público alvo da educação especial em classe comum registrado(s) no Censo Escolar/INEP, para implantação da sala Tipo I;

A escola de ensino regular deve ter matrícula de aluno(s) cego(s) em classe comum registrado(s) no Censo Escolar/INEP, para a implantação da sala de Tipo II;

A escola deve ter disponibilidade de espaço físico para o funcionamento da sala e professor para atuação no AEE.

Conforme a aprovação da instalação da Sala de Recursos na escola é responsabilidade das secretárias de educação: apoiar às escolas sobre sua indicação; verificar a entrega e instalação dos recursos nas escolas; orientar quanto à institucionalização da oferta do AEE no PPP; como também acompanhar o funcionamento da sala conforme os objetivos; regularizar as informações de matrícula no Censo Escolar INEP/MEC; requerer a assistência técnica, a manutenção e a segurança dos recursos; apoiar a participação dos professores nos cursos de formação para o AEE; assinar e retornar ao MEC/SEESP o Centro de Dotação dos Recursos (MEC/SEESP, 2010).

Outro fator importante a ser considerado, é a instalação dessas Salas de Recursos que devem manter seu funcionamento contínuo com a oferta do AEE aos alunos público alvo da educação especial matriculados em classe comum e devidamente registrados no Censo Escolar /INEP. Com base nos dados do Censo Escolar, o MEC/SEESP faz novas ações através do Programa, como atualização, conversão, apoio complementar, visita técnica e informativa (MEC/SEESP, 2010).

### **3. Os professores para o Atendimento Educacional Especializado nas Salas de Recursos Multifuncionais: formação e funções**

A Educação Especial através do AEE traz uma nova demanda para a formação e para as práticas dos professores, os quais segundo a resolução CNE/CEB nº 4/2009, art. 12 para atuar no AEE, deve ter formação inicial que o habilite para o exercício da docência e formação específica para a Educação Especial. Para Bueno (1999; 2001), o modelo de inclusão assumido pelo Brasil requer a formação de dois tipos de professores: a) os chamados generalistas, que seriam responsáveis pelas classes regulares e capacitados com um mínimo de conhecimento e prática sobre a diversidade do alunado; b) os professores especialistas,

capacitados em diferentes necessidades educacionais especiais e responsáveis para oferecer o necessário suporte, orientação e capacitação aos professores do ensino regular visando à inclusão, ou para atuar diretamente com alunos em classes especiais, salas de recursos, etc. Ainda segundo autor, destaca que diante da “eterna indefinição sobre a sua formação, aliada a fatores macrossociais e de políticas educacionais, tem produzido professores com baixa qualidade profissional” (BUENO,1999 p.18) e reitera, assim, a necessidade de se investir em processos formativos docentes que considerem as diferenças presentes na sala de aula.

Nessa discussão, destacamos uma condição ao exercício de uma prática educativa consciente das possibilidades e também dos limites no trabalho que realizam com os sujeitos da educação especial. Além disso, o profissional que irá atuar nessa área deve fazer cursos de formação continuada, buscando sempre se atualizar e ampliar seus conhecimentos em conteúdos específicos do AEE, para atender há esses alunos com necessidades educacionais especiais (MEC/SEESP, 2010).

Portanto, a preparação docente dá-se de modo emergencial e defende para o professor um conhecimento subentendido e imediato no que diz respeito à compreensão da realidade e à fundamentação teórico-epistemológica. De acordo com Saviani (2009, p. 153):

[...] será necessário instituir um espaço específico para cuidar da formação de professores para essa modalidade de ensino. Do contrário essa área continuará desguarnecida e de nada adiantarão as reiteradas proclamações referentes às virtudes da educação inclusiva que povoam os documentos oficiais e boa parte da literatura educacional nos dias de hoje.

Dessa forma, entendemos que a formação do professor e a constituição de uma especificidade para esse serviço são fatores a serem colocados em discussão. Um avanço para a compreensão do trabalho educativo a ser desenvolvido depende do desenvolvimento de pesquisas que contemplem e subsidiem esta área.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEEI) (2008) define que a função do atendimento educacional especializado é “identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas” (BRASIL, 2008a, p. 10).

Como se pode observar, o documento deve apresentar ações de formação, incluindo os aspectos ligados aos estudos das necessidades específicas dos alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Todavia, é essencial a formação do professor, para que em suas tarefas a aprendizagem de cada aluno esteja situada no seu potencial, de forma que as crianças, incapacitadas de andar ouvir, enxergar, falar ou qualquer outra deficiência não sejam classificadas como incapazes de aprender, levando-as a desistir da escolarização. (BERTUOL, 2010, p. 25) Nesse sentido, o professor da Sala de Recursos Multifuncionais deve ter qualificação profissional que o habilite para atuar em áreas da educação especial para o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos, de forma a realizar esse atendimento de maneira complementar e suplementar à escolarização, considerando as habilidades e necessidades específicas desses educandos. Como podemos observar abaixo, as atribuições que a resolução CNE/CEB nº 4/2009, art. 12 descreve referente ao professor.

As atribuições do professor de AEE contemplam:

Elaboração, execução e avaliação do plano de AEE do aluno;

Definição do cronograma e das atividades de atendimento ao aluno;

Organização de estratégias pedagógicas e identificação e produção de recursos acessíveis;

Ensino e desenvolvimento das atividades próprias do AEE, tais como: Libras, Braille, orientação e mobilidade, língua portuguesa para alunos surdos; informática acessível; Comunicação Alternativa e Aumentativa – CAA, atividades de desenvolvimento das habilidades mentais superiores e atividades de enriquecimento curricular;

Acompanhamento da funcionalidade e usabilidade dos recursos de tecnologia assistiva na sala de aula comum e ambientes escolares;

Articulação com os professores das classes comuns, nas diferentes etapas e modalidades de ensino;

Orientação aos professores do ensino regular e às famílias sobre os recursos utilizados pelo aluno;

Interface com as áreas da saúde, assistência, trabalho e outras.

Ademais, o professor da sala de Recursos Multifuncionais deve participar das reuniões pedagógicas, do planejamento, dos conselhos de classe, da elaboração do projeto pedagógico, do desenvolvimento de ações conjuntas com os professores das classes comuns e demais profissionais da escola, para a promoção da inclusão escolar.

#### 4. Procedimentos metodológicos

O presente trabalho de conclusão foi elaborado a partir de um estudo de caso, utilizando como instrumentos para a coleta de dados a observação e a entrevista em uma Escola Municipal do município de Junco do Seridó –PB.

De acordo com Yin (2005, p.23):

O estudo de caso é uma inquirição empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto de vida real, quando a fronteira entre o fenômeno e o contexto não é claramente evidente e onde múltiplas fontes de evidências são utilizadas.

Rosa e Arnold (2006, p.17) afirmam sobre a entrevista que:

A entrevista é uma das técnicas de coleta de dados considerada como sendo uma forma racional de conduta do pesquisador, previamente estabelecida, para dirigir com eficácia um conteúdo sistemático de conhecimentos, de maneira mais completa possível, com o mínimo de esforço de tempo.

Cabe ressaltar que, para obtenção das respostas em que buscamos informações, é necessário técnicas para alcançar os objetivos desejados. Diante do pressuposto acima citado, foi realizada inicialmente uma pesquisa bibliográfica, e em seguida a pesquisa de campo.

Com relação à pesquisa bibliográfica, o presente trabalho baseou-se nos postulados de Bueno (2003), Poker (2012) e é considerado descritivo/qualitativo, por analisar e registrar a importância do trabalho das salas de AEE nas instituições escolares. As informações iniciais foram buscadas junto a informantes qualificados (a atual gestora e 4 professores do ensino regular e 2 pais de crianças com necessidades especiais que encontram-se regularmente matriculados na referida instituição de ensino).

##### 4.1 Resultados e discussões da Escola Municipal

A Escola Municipal de Ensino Fundamental e Médio localiza-se na cidade de Junco do Seridó – PB. Seu corpo discente é constituído de 726 alunos, sendo 241 no ensino fundamental I e 268 no fundamental II e os docentes por 45 professores todos com formação acadêmica para atuar em sua área. Com relação a alunos com necessidades especiais, possui apenas 6, todos frequentando o ensino regular na referida instituição.



A escola tem uma boa estrutura física, contendo 12 salas de aula, rampas de acessibilidade, banheiros adequados, uma Pequena biblioteca e um laboratório de informática.

Diante dessas indagações construímos um instrumento de pesquisa que foi a entrevista técnica com a gestora para coleta de dados, com intuito de obter informações mais precisas, e quatro professores que estão diretamente ligados aos alunos com necessidades educacionais especiais que doravante terão a nomenclatura de PA, PB, PC e PD, a título de preservação de suas identidades. Mas também entrevistamos dois pais de alunos com necessidades educacionais especiais, que frequentam a escola que receberão a nomenclatura de R1 e R2.

Na entrevista com a gestora, a mesma relatou que a verba para construir a Sala de Recursos já tinha sido destinada e está em construção, com expectativa para concluir em dezembro do corrente ano. A mesma disse ainda, que alguns recursos relacionados a materiais como computadores, armários etc., ainda são muito limitados e quanto à formação de profissionais para desenvolver o trabalho, dois professores já participaram de uma capacitação oferecida pela Secretária Municipal de Educação.

Mas psicólogo, fonoaudiólogo, terapeuta ocupacional e fisioterapeuta não fazem parte do trabalho realizado na escola citada. Ao precisar desses profissionais especializados os alunos dirigem-se ao CRAS – Centro de Referência da Assistência Social, acompanhado de seus responsáveis.

Foi aplicado também um questionário (ver apêndice, p. 26) com 4 educadores, que estão diretamente ligados aos alunos com necessidades educacionais especiais, da escola municipal pesquisada.

De início, os educadores se mostraram inseguros ao realizar seu trabalho, primeiramente por não ter o acompanhamento na sua rotina diária dos profissionais específicos citados anteriormente, para suprir as necessidades dos discentes e que é de extrema relevância para garantir um bom atendimento a esses alunos. Apesar de experientes, os educadores precisam trabalhar mais sua autoestima e a cada dia adaptar sua metodologia para assegurar uma educação de qualidade.

Um ponto importante relatado pelos educadores foi a forma de avaliação desses alunos, “uma vez que suas atividades são diferenciadas de acordo com sua necessidade. Dessa forma, a avaliação é feita através de uma ficha de acompanhamento que segundo a professora baseia-se na LDB (nº 9394/96)”.

Quanto à acessibilidade, os educadores relataram ainda que “a estrutura da escola está adequada para suprir as necessidades e interação dos alunos”. Outro ponto positivo abordado

pelos os professores foi “o acompanhamento familiar desses discentes, o que contribui muito na eficácia do processo de ensino/aprendizagem”.

Com o intuito de coletar dados mais precisos na referida pesquisa, o questionário foi aplicado também com dois pais de alunos com necessidades educacionais especiais que frequentam a escola. Cujas, deficiência do filho de R1 têm Paralisia Infantil, já a filha de R2, não especificou diretamente a deficiência de sua filha, uma vez que, a mesma relatou que a criança tinha paralisia na parte motora.

De certa forma, percebeu-se certa semelhança nas respostas das mães, ambas se detiveram em questionar a falta de um acompanhante para seu filho. A falta de profissionais como terapeuta ocupacional, psicólogos, fonoaudiólogos e fisioterapeutas também foi questionada pelos responsáveis. O que pode ser confirmado por suas respostas: R1: “Em primeiro lugar um acompanhante para ficar com ele, um psicólogo, um fonoaudiólogo, a fisioterapia ele faz no hospital daqui, mas seria bom um na escola também.” R2: “Acompanhante em primeiro lugar, um terapeuta ocupacional, porque onde ela estudava antes, tinha um que ajudava a melhorar os movimentos das mãos dela na hora da atividade, um psicólogo também ajudaria bastante”.

Cabe destacar ainda, que a professora não tinha condições de dar atenção que seu filho necessitava, com uma sala de aula contendo um expressivo número de alunos. Conseqüentemente, esse trabalho é realizado pelas mães que passam todo o horário na sala de aula. Diante dessa situação pude perceber que isso pode acarretar em um retardo na sua independência, pois além de dificultar na autonomia da criança ainda atrapalha na interação com os demais alunos. R1: “Ele não fica sozinho, eu fico com ele todos os dias, inclusive, já pedi na direção até um acompanhante pra ficar com ele. Com relação a outra mãe, ela relatou que ficou muito preocupada em deixar a mesma na escola, pois a criança vinha de uma instituição diferente.” R2: “Foi difícil porque na antiga escola onde ela estudava, sempre teve um acompanhante e aqui não tem, o que tornou muito difícil pra mim. Porque sei que é um direito que ela tem judicialmente.”

O trabalho do professor foi muito elogiado pelas mães, porém alguns funcionários como porteiro e auxiliares de serviço gerais – ASGs precisam dar mais atenção e apoio ao professor. Com relação a recursos de matérias didáticos, segundo relato dos responsáveis não é adequado para suprir a necessidades dos seus filhos. R1: “A atividade é de acordo com o dos colegas da sala, porém, com minha ajuda e às vezes da professora. Inclusive às vezes ajudo a professora com os outros alunos.” R2: “ Graças a Deus ela acompanha a turma numa boa, só que de forma mais lenta. Com relação a escola foi como te falei, precisa de um

acompanhante pra ficar com essas crianças, pois soube que minha filha estava indo ao banheiro com ajuda dos colegas e isso me preocupa muito, porque isso não pode acontecer. Sei que ela é bem tratada tanto pelos colegas como também pelos os professores.”

Outro ponto importante destacado por uma mãe foi o percurso que sua filha faz até a escola, pois mora distante e acessibilidade com a cadeira de rodas é muito difícil. R2: “O que estranhei aqui foi a questão de transporte, pois na cidade onde morava havia um carro que iam pegar as crianças e deixar na escola.”

Outro fator relevante, foi com relação à sugestão que elas dariam para garantir uma melhor aprendizagem para seus filhos, como podemos observar nas suas respostas: R1: “Seria bom que esses professores tivessem uma capacitação/treinamento para lidar com essas crianças, como também um ajudante em sala de aula. E se a sala que estão dizendo que vai funcionar ano que vem sair mesmo, ai facilitaria muito.” R2: “Material adequado para facilitar no desenvolvimento escolar dela”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos dados coletados, conclui-se a importância das Salas de Recursos Multifuncionais nas instituições escolares. Logo, além de contribuir no processo de inclusão, a sala de AEE desempenha funções que complementam a aprendizagem que a criança necessita, pois são adequadas com profissionais e recursos que a sala de aula regular não oferece à criança. Dando assim, um suporte mais específico de acordo com a necessidade do discente. A pesquisa nos mostrou também que profissionais como psicólogos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos e terapeutas ocupacionais ainda não realizam seus trabalhos específicos nas referidas salas. Limitando-se em sua maioria a atuação apenas aos psicopedagogos especializados na área.

Nesse sentido, surge a necessidade de investir em processos informativos docentes que possibilitem um conhecimento mais aprofundado sobre o funcionamento das Salas de Recursos Multifuncionais, ou seja, sua estratégia pedagógica, articulação dos profissionais que atuam nessa sala como também os recursos multifuncionais que ela oferece para dar um melhor atendimento a esses alunos.

Outro ponto relevante que o trabalho identificou foi o fato de que muitos professores não têm o conhecimento de como deve funcionar a sala de AEE, isso se comprovou através do questionário aplicado, onde foi possível perceber que alguns docentes acham que o aluno com necessidades educacionais especiais sairá da sala do ensino regular para frequentar

apenas a sala de AEE. Sabe-se, que a sala funciona como um complemento ou suplemento de apoio ao aluno, atuando em conjunto com sua aprendizagem com o objetivo de incluir esse aluno com todos os envolvidos na escola, docentes e discentes.

Deve-se ressaltar ainda, o fato de que a sala de AEE da referida Escola Municipal onde foi realizada a pesquisa “ainda” não encontra-se em funcionamento, segundo relatos dos gestores e profissionais responsáveis estando previsto para acontecer no ano letivo de 2017. Todavia, suas instalações já foram concluídas e a expectativa para que a Sala Multifuncional comece a atuar e possa contribuir ainda mais na inclusão desses alunos é grande. Um sonho de toda comunidade escolar que visa um melhor apoio e uma melhor eficácia do processo ensino-aprendizagem desses alunos especiais.

## **ABSTRACT**

This paper aims to analyze how the Multifunctional Resource Room is constituted and organized in the school institution in Junco do Seridó - PB, and to discuss its importance for the process of inclusion of students with disabilities / special educational needs. The Multifunctional Resource Rooms represent one of the main services for the AEE - Specialized Educational Attendance offer, a service that is offered as a supplement or supplement to regular schooling, in order to allow students with special educational needs the best possible development in the regular classes . The research is of a bibliographic and field nature, through interviews with managers, teachers and parents. The methodology was elaborated from a case study, using as tools for the data collection the observation and the interview in a municipal school of teaching of Junco do Seridó-PB. The analysis was supported by authors who have been dedicated to the study of Inclusive Education in Brazil, in addition to the MEC documents regarding school inclusion, especially regarding ESA and Multifunctional Resource Rooms. It is concluded that these rooms, with the equipment and pedagogical materials provided and well-qualified teachers, represent a major advance in the policy of school inclusion, as they offer specialized support to students with special educational needs and support to teachers in regular rooms. With this, they allow these students the conditions for the effective progress of their learning.

**KEY WORDS:** School Inclusion; Multifunctional Resource Room; AEE - Specialized Educational Assistance.

## REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Salete Fábio. **Inclusão Social e Municipalização**. In: Eduardo José Manzini (Org.). Educação Especial: temas atuais. 1ª Edição. Marília: Unesp Marília Publicações, p. 1- 10, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDB 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Marcos históricos e normativos**. Disponível em: [http://peei.mec.gov.br/arquivos/politica\\_nacional\\_educacao\\_especial.pdf](http://peei.mec.gov.br/arquivos/politica_nacional_educacao_especial.pdf). Acesso em 20 de agosto de 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>. Acesso em 20 de agosto de 2016

BRASIL, Ministro da Educação. Secretária de Educação Especial. **Diretrizes Nacionais para Educação Básica Especial da Educação Básica**. Brasília: MEC/ SEESP, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Esplanada dos Ministérios. **Orientações para a institucionalização da Oferta do Atendimento Educacional Especializado – AEE em Salas de Recursos Multifuncionais, implantadas nas escolas regulares**. SEESP/GAB/ N°11. 2010.

BRASIL. **Declaração de Salamanca. Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: UNESCO, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 10 agosto. 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal. 1988

BRASIL. Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão. **O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes comuns da Rede Regular**. Brasília, 2004.

BERTUOL. Claci de Lima. **Salas de Recursos Multifuncionais: Apoios Especializados à Inclusão escolar de alunos com deficiência/necessidades educacionais no Município de Cascavel-PR**. Monografia (especialização em Historia da Educação Brasileira). Programa de Pós-Graduação “*Lato Sensu*” da UNIOESTE-Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Paraná, 2010.

BUENO JGS. **Educação especial brasileira: integração /segregação do aluno diferente**. São Paulo, EDUC/PUCSP, 1993. Disponível em : [http://biblioteca.ajes.edu.br/arquivos/monografia\\_20140923153403.pdf](http://biblioteca.ajes.edu.br/arquivos/monografia_20140923153403.pdf). Acesso em 23 de setembro de 2016.

\_\_\_\_\_. **Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores: generalistas ou especialistas?** Revista Brasileira de Educação Especial, Piracicaba, Unimep, 2006. Disponível em: <http://www.uece.br/endipe2014>. Acesso em 25 setembro de 2016.

GIROTO, Claudia Regina Mosca; POKER, Rosimar Bortolini; OMOTE, Sadao (org). **As tecnologias nas práticas pedagógicas inclusivas.** Marília oficina Universitária. São Paulo. Cultura Acadêmica, 2012. 238 p. Disponível em: [http://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/as-tecnologias-nas-praticas\\_e-book.pdf](http://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/as-tecnologias-nas-praticas_e-book.pdf). Acesso em 10 setembro de 2016.

RIBEIRO, Maria Luiza Sprovieri; BAUMEL, Roseli Cecília Rocha de Carvalho. **Educação Especial: do querer ao fazer.** São Paulo: Avercamp, 2003.

ROSA, Maria Virgínia de Figueiredo Pereira do Couto; ARNOLDI, Marlene Aparecida Gonzalez Colombo. **A entrevista na pesquisa qualitativa: mecanismos para a validação dos resultados.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2006. 112 p.

SAVIANI, Dermeval. **Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro.** Revista Brasileira de Educação v. 14 n. 40 jan./abr. 2009.

YIN, Robert K. Estudo de caso: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2005.

## APÊNDICES

Quadro I - Entrevista realizada com a gestora escolar

<p><b>Questão 1: A escola já realiza o trabalho com a sala de recursos?</b></p> <p>Apesar da escola ser contemplada e a verba já ter sido liberada, a sala encontra-se em construção com expectativa para estar pronta no final do ano.</p>
<p><b>Questão 2: a escola conta com profissionais capacitados para atuarem na sala de recursos?</b></p> <p>Sim, dois educadores participaram de uma capacitação oferecida pela Secretária Municipal de Educação.</p>
<p><b>Questão 3: Quantos alunos com necessidades especiais estão matriculados regulamente na escola?</b></p> <p>6 alunos, mais um dos alunos não está frequentando.</p>
<p><b>Questão 4: Além dos professores outros profissionais como psicólogo, fonoaudiólogo, terapeuta ocupacional e fisioterapeuta atuam na instituição?</b></p> <p>Não, esse atendimento é feito no CRAS, onde eles são acompanhados juntamente com a família.</p>

Fonte: Elaborado pela autora

Quadro II – questionários aplicado com professores

<p><b>Questão 1: você se sente preparado para atender o aluno com necessidades especiais?</b></p> <p><b>PA:</b> Não, sinto falta de apoio de outros profissionais como fisioterapeuta.</p> <p><b>PB:</b> Apesar de ter especialidade e formação adequada sinto falta de um acompanhamento de um psicólogo em determinadas situações que acontece em sala de aula.</p> <p><b>P C:</b> Me sinto muito inseguro.</p> <p><b>PD:</b> Falta mais capacitação para os professores.</p>
---

**QUESTÃO 2: Como é o acompanhamento familiar desses alunos?**

**PA:** São muito presentes.

**PB:** No início do ano sentir insegurança de alguns pais ao deixar os filhos na escola. Hoje sei que isso não acontece mais.

**PC:** Sim, inclusive tem a mãe de um aluno cadeirante (paraplégico) que passa todo o horário na escola.

**PD:** Com certeza, contribuindo conosco para uma aprendizagem melhor.

**Questão 3: como são as atividades realizadas desses alunos? Quanto à avaliação, como é?**

**P A:** planejamos de acordo com a realidade do aluno.

**P B:** Geralmente é diferenciada do restante da turma, pois a avaliação é feita com base em uma ficha de acompanhamento baseada na LDB N° 9394/96.

**P C:** Me preocupo em planejar atividades que chamem a atenção e despertem o interesse do meu aluno.

**P D:** Procuo levar semelhante a que trabalho com o resto da turma, apesar de adequá-la as necessidades do aluno.

Fonte: Elaborado pela autora

Quadro III – Questionários com 2 pais que em crianças com necessidades especiais matriculados na instituição

**Questão 1: Como você se sentiu ao deixar seu filho(a) na escola pela primeira vez?**

**R1:** Ele não fica sozinho, eu fico com ele todos os dias, inclusive já pedi na direção até um acompanhante pra ficar com ele.

**R2:** Foi difícil porque na antiga escola onde ela estudava sempre teve um acompanhante e aqui não tem, o que tornou muito difícil pra mim. Porque sei que é um direito que ela tem judicialmente.

**Questão 2: Como você avalia a escola e as atividades realizada com seu filho (a)?**

**R1:** A atividade é de acordo com o dos colegas da sala, porém, com minha ajuda e as vezes da professora. Inclusive às vezes ajudo a professora com os outros alunos.

**R2:** Graças a Deus ela acompanha a turma numa boa, só que de forma mais lenta, com



relação a escola foi como te falei precisa de um acompanhante pra ficar com essas crianças, pois soube que minha filha estava indo ao banheiro com ajuda dos colegas e isso me preocupa muito porque isso não pode acontecer. Sei que ela é bem tratada tantos pelos colegas como também pelos os professores.

**Questão 3: Que profissionais você acha que está faltando na escola para um melhor acompanhamento do seu filho (a)?**

**R1:** Em primeiro lugar um acompanhante para ficar com ele, um psicólogo, um fonoaudiólogo, a fisioterapia ele faz no hospital daqui, mas seria bom um na escola também.

**R2:** Acompanhante em primeiro lugar, um terapeuta ocupacional porque onde ela estudava antes, tinha um que ajudava a melhorar os movimentos das mãos dela na hora da atividade, um psicólogo também ajudaria bastante.

**Questão 4: Que sugestão você daria para garantir uma melhor aprendizagem para seu filho (a)?**

**R1:** Seria bom que esses professores tivessem uma capacitação/treinamento para lidar com essas crianças, como também um ajudante em sala de aula. E se a sala que estão dizendo que vai funcionar ano que vem sair mesmo ai facilitaria muito.

**R2:** Material adequado para facilitar no desenvolvimento escolar dela.

Fonte: Elaborado pela autora